

## CLINICORP SERVIÇOS S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Clinicorp Serviços S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, tendo iniciado suas atividades em 9 de janeiro de 2017, estando situada na Rua Presidente Epitácio Pessoa, 555 no município de Jaraguá do Sul, Santa Catarina.

A Companhia tem como atividade principal a prestação de serviço de software, disponibilizando ferramentas que auxiliam na gestão de clínicas odontológicas e estéticas, na área operacional e financeira.

#### Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou nas suas demonstrações financeiras o montante de prejuízos acumulados de R\$16.646.183.

Esperava-se que a partir de outubro de 2023 a Companhia apresentasse resultados positivos, mas o não crescimento previsto da Receita e o dispêndio de despesas operacionais extras, contribuíram para a ausência de lucratividade neste período.

A partir de 2024, a empresa entra em uma nova fase de sua estratégia, saindo de uma etapa de estruturação e entrando em um período de escalabilidade. Para empresas do mercado de software como um serviço (SaaS, na sigla em inglês), a dinâmica do resultado operacional é pautada pelo crescimento da base de clientes, onde a Companhia já apresenta mais de 20% de crescimento em 2024, e um aumento menos representativo na estrutura de gastos. A Companhia, até o momento da divulgação deste relatório, vem apresentando consistentemente uma aceleração na geração de resultado operacional e geração de caixa, demonstrando a efetividade da estratégia aplicada.

Com base nas informações indicadas, a Administração avaliou a capacidade operacional da Companhia e entende que não há risco de liquidez, tendo em vista que a geração de fluxos de caixa futuros será suficiente para quitar seus passivos financeiros, bem como que a manutenção atual da gestão de seus ativos será suficiente para dar continuidade a suas operações no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando em um período previsível. Desta forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

#### 2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com observância aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e, correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto determinados ativos financeiros que foram mensurados ao valor justo por meio do resultado. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas em reais, à qual é a moeda funcional da Companhia.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

A emissão demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 29 de maio de 2024.

### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

#### 3.1. Classificação de Itens Circulantes e Não-Circulantes

No balanço patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

#### 3.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

Incluem os saldos em caixa, em contas correntes (bancos conta movimento) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

#### 3.3. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição, atualizadas até as datas dos balanços, aproximando-se de seu valor justo, não excedendo ao seu valor de mercado ou de realização.

### 3.4. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia, e são inicialmente reconhecidos pelo valor justo.

Não há constituição de perdas de créditos, uma vez que o pagamento é realizado antecipadamente para uso da plataforma. Além disso, dada a proporção ser maior nos pagamentos via cartão de crédito, a adquirente assume o risco de crédito das transações realizadas, ou seja, ela é responsável por garantir o pagamento.

### 3.5. Imobilizado

Os bens adquiridos e registrados no imobilizado são apresentados pelo custo histórico de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada e, quando necessário, por perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixadas. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, quando apresentar indícios de alteração dos valores. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. Terrenos não são depreciados.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis

### 3.6. Instrumentos financeiros

#### a) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: a) Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa. b) Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis. c) O pré-pagamento e a prorrogação do prazo. d) Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

c) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

d) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

e) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7. Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada ao valor presente, quando aplicável.

### 3.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

### 3.9. Direito de uso e Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um determinado período.

Aplica-se uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses, e arrendamento cujos ativos são de baixo valor.

As taxas de desconto que expressam o tempo de realização dos direitos de uso, foram obtidas com base nos principais índices de inflação do mercado e taxa estimada para captação de empréstimos, caso optássemos pela obtenção do objeto de arrendamento com prazos e cenários semelhantes.

### 3.10. Receita Diferida

A Receita Diferida é reconhecida gradualmente ao longo do período em que o serviço é fornecido, ou seja, tempo em que o cliente tem acesso ao sistema de acordo com a opção do seu plano, sendo atualmente mensal e trimestral.

### 3.11. Reconhecimento das Receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e reconhecida quando o controle de um serviço é transferido a um cliente.

A Companhia estabelece os seguintes 5 passos para a mensuração e o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente.
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato.
3. Determinar o preço das transações.
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho.

5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho, normalmente quando o serviço é prestado e os clientes utilizam a plataforma.

A receita dos serviços prestados pela Companhia é decorrente de um modelo de assinatura de serviços contidos na plataforma da Companhia, onde a mesma compreende: (i) Gerenciamento de leads; (ii) Facilitação de pagamentos com CRM integrado; (iii) Agendamentos e consultas; (iv) Integração em nuvem; (v) Plataforma financeira e contábil para Clínicas Odontológicas, entre outras. As receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas de receita e são reconhecidas como “Receitas Diferidas”, vide tópico 3.10 acima.

### 3.12. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.000,00 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e sobre prejuízos fiscais.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados, caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma companhia sujeita à tributação.

### 3.13. Pagamento baseado em ações

Os pagamentos baseados em ações e liquidados em ações para empregados e outros provedores de serviços similares são mensurados pelo valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga, excluindo o efeito de condições de exercício que não se baseiam no mercado.

Os detalhes sobre a determinação do valor justo dessas transações estão descritos na nota explicativa nº 19.c. O valor justo dos pagamentos baseados em ações e liquidados em ações, determinado na data da outorga, é registrado pelo método linear como despesa durante o prazo no qual o direito é adquirido. Isso é feito com base em estimativas da Companhia sobre a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão eventualmente adquiridos. No fim de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos, devido ao efeito das condições de aquisição que não se baseiam no mercado. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, ajustando a despesa acumulada para refletir as estimativas revisadas, com o correspondente ajuste nas reservas.

Não há pagamentos que serão liquidados em caixa.

## 3.14. Novas normas e interpretações não adotadas pela Companhia

Pronunciamentos já emitidos, mas que ainda não entraram em vigência e que ainda não foram adotados pela Companhia:

<u>Normas</u>	<u>Descrição</u>	<u>Aplicação obrigatória: exercícios</u>
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	1º de janeiro de 2024
Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante	1º de janeiro de 2024
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com Covenants	1º de janeiro de 2024
Alterações à IAS 7 e à IFRS 7	Acordos de Financiamento de Fornecedores	1º de janeiro de 2024
Alterações à IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	1º de janeiro de 2024

A Companhia avaliou previamente os novos pronunciamentos mencionados acima e não identificou impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

## 3.15. Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023, os quais não tiveram impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia:

<u>Normas</u>	<u>Descrição</u>	<u>Aplicação obrigatória: exercícios anuais com início em ou após</u>
IFRS 17/CPC 50	Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações à IAS 8/CPC 23	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações à IAS 1/ CPC 26 (R1) e IFRS Declaração da Prática 2	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 – Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)
Alterações à IAS 12/CPC 32	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	1º de janeiro de 2023

#### 4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO CONTÁBEIS CRÍTICOS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

##### a) Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Para fins de avaliação do “impairment”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não-financeiros, que tenham sofrido “impairment”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “impairment” na data de apresentação das demonstrações financeiras, quando aplicável.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Bancos conta corrente	793.755	381.076
Aplicações Financeiras (i)	<u>289.801</u>	<u>3.500.958</u>
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>1.083.556</u>	<u>3.882.034</u>

- (i) Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Estão representadas por aplicações financeiras em renda fixa e fundos de investimentos e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do pronunciamento técnico CPC 03 (R2).

## 6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aplicações financeiras (i)	<u>3.250.590</u>	<u>5.609.567</u>
Total de Aplicações Financeiras	<u>3.250.590</u>	<u>5.609.567</u>

- (i) Estão representadas por aplicações financeiras em renda fixa atrelada ao CDI 107,75% (em 2022 entre 104,25% e 107% do CDI). A aplicação apresenta ausência de liquidez imediata, ou seja, resgates antecipados não são permitidos antes do vencimento da aplicação. Em virtude dessa limitação, os valores correspondentes não podem ser considerados como caixa e equivalentes de caixa, uma vez que não estão prontamente disponíveis para a Companhia a qualquer momento. No entanto, esses valores estão alocados no ativo circulante, dado que o prazo de vencimento é inferior a 12 meses.

## 7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Clientes Cartões de crédito	<u>2.739.890</u>	<u>2.048.012</u>
Contas a receber de clientes – circulante	<u>2.739.890</u>	<u>2.048.012</u>

Os valores a receber correspondem às transações realizadas pelos clientes por meio de cartão de crédito. Essas transações estão sujeitas a um prazo de recebimento de 30 dias pela operadora de cartões, não havendo, portanto, valores vencidos. Além disso, o risco de não pagamento das transações com cartão de crédito não é assumido pela Companhia, pois é transferido para a adquirente/bandeira, que é responsável pelo pagamento ao estabelecimento comercial. Dessa forma, a Companhia fica protegida contra possíveis perdas financeiras decorrentes de inadimplência dos clientes, razão pela qual não há provisão para perda esperada constituída.

## 8. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Adiantamento a fornecedores nacionais	160.808	94.900
Total de adiantamento a fornecedores	<u>160.808</u>	<u>94.900</u>

## 9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
IRRF Aplicações Financeiras	303.828	145.987
IRPJ Saldo Negativo	28.523	-
Contribuição Social Retida na Fonte a Recuperar	5.820	-
Total dos tributos a recuperar	<u>338.171</u>	<u>145.987</u>

## 10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

<u>Parte relacionada</u>	<u>Tipo Operação</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Luiz Alberto de Souza Junior	Mútuos ativos (i)	172.841	197.009
Ativo Circulante		<u>22.303</u>	<u>197.009</u>
Ativo Não Circulante		<u>150.538</u>	<u>-</u>

(i) Em 1º de outubro de 2021, a Companhia firmou contrato de mútuo com sua parte relacionada Luiz Alberto de Souza Junior. Os mútuos firmados serão restituídos à credora mediante a 120 parcelas e estão sujeitos aos juros previstos no art. 591 do Código Civil, de 0,34% ao mês, sem incidência de correção monetária.

## a) Administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia iniciou a implementação de um Plano de Incentivo à Longo Prazo a ser ofertado aos administradores, funcionários e/ou prestadores de serviço da Companhia. Além disso, não houve nenhuma obrigação adicional de pós-emprego ou outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

## b) Participação dos Administradores

A administração da Companhia é exercida por uma Diretoria Executiva com dois integrantes e por um Conselho de Administração com as atribuições previstas na Lei das S.A., no Estatuto Social e no Acordo de Acionistas.

## c) Remuneração da Administração

A remuneração global dos administradores (Diretoria Estatutária) para o exercício de 2023, foi aprovada pela Reunião do Conselho de Administração (RCA), de 16 de agosto de 2023, no valor de até R\$1.500.000.

## 11. IMOBILIZADO

	Instalações	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos 10 anos	Máquinas e Equipamentos 5 anos	Equipamentos de Informática	Máquinas de cartão (*)	Total
Taxa anual de depreciação	10%	10%	10%	20%	20%	33%	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	273.095	39.744	-	346.520	-	659.359
Adições	20.963	591.874	398.439	22.159	1.458.801	198.000	2.690.236
Baixas	-	-	-	-	(30.026)	-	(30.026)
Depreciação	(1.048)	(57.118)	(27.240)	(739)	(204.909)	(888)	(291.942)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>19.915</u>	<u>807.851</u>	<u>410.943</u>	<u>21.420</u>	<u>1.570.386</u>	<u>197.112</u>	<u>3.027.627</u>
Adições	1.100	146.820	-	-	135.583	1.582.300	1.865.803
Baixas	-	(35.034)	-	-	-	-	(35.034)
Depreciação	(2.136)	(93.688)	(42.515)	(4.432)	(418.913)	(421.168)	(982.852)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>18.879</u>	<u>825.949</u>	<u>368.428</u>	<u>16.988</u>	<u>1.287.056</u>	<u>1.358.244</u>	<u>3.875.544</u>

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 não houve indicadores de perda e necessidade de constituição de provisão. Ainda, a Companhia revisa anualmente a vida útil estimada e o método de depreciação dos bens do imobilizado no final de cada período de relatório e as taxas são semelhantes com as taxas fiscais.

(\*) A Companhia possui terminais de ponto de venda (POS) em seu ativo imobilizado, com vida útil estimada em três anos. Essa estimativa foi baseada nas manutenções realizadas durante o uso dos equipamentos, nas mudanças tecnológicas em andamento e no ambiente econômico em que estão inseridos.

## 12. DIREITO DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

	Imóveis	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
<u>Direito de Uso</u>				
Taxa média de depreciação (%)	33%	41%	50%	
Saldos Iniciais	-	-	-	-
Adições	3.253.289	277.697	-	3.530.986
Depreciação	(359.387)	(37.000)	-	(396.387)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>2.893.902</u>	<u>240.697</u>	<u>-</u>	<u>3.134.599</u>
Adições	101.247	202.109	368.569	671.925
Depreciação	(735.809)	(140.767)	(79.339)	(955.915)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>2.259.340</u>	<u>302.039</u>	<u>289.230</u>	<u>2.850.609</u>

O passivo de arrendamento tem a seguinte composição:

<u>Passivo de Arrendamento</u>				
	12%	13%	14%	
Taxas de Desconto (%)				
Saldos Iniciais	-	-	-	-
Adições	3.253.289	277.697	-	3.530.986
Juros provisionados	141.948	4.415	-	146.363
Pagamentos	(137.123)	(47.975)	-	(185.098)
Juros Pagos	(141.948)	(4.415)	-	(146.363)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>3.116.166</u>	<u>229.722</u>	-	<u>3.345.888</u>
Adições	101.247	202.109	368.569	671.925
Juros provisionados	368.425	37.758	17.828	424.011
Pagamentos	(421.533)	(115.033)	(70.550)	(607.116)
Juros Pagos	(368.425)	(37.758)	(17.828)	(424.011)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>2.795.880</u>	<u>316.798</u>	<u>298.019</u>	<u>3.410.697</u>
Passivo circulante	656.714	131.969	182.245	970.928
Passivo não circulante	<u>2.139.166</u>	<u>184.829</u>	<u>115.774</u>	<u>2.439.769</u>
	<u>2.795.880</u>	<u>316.798</u>	<u>298.019</u>	<u>3.410.697</u>

O montante a longo prazo tem a seguinte composição por ano de vencimento:

<u>Ano de Vencimento</u>	<u>Imóveis</u>	<u>Veículos</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Total</u>
2025	738.713	150.115	115.774	1.004.602
2026	832.971	34.714	-	867.685
2027	567.482	-	-	567.482
	<u>2.139.166</u>	<u>184.829</u>	<u>115.774</u>	<u>2.439.769</u>

### 13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Bradesco BNDES	25.000	125.000
Bradesco Cap. de giro 14290620	-	21.576
Bradesco Cap. de giro 14356155	-	31.776
Bradesco Pronampe 14467736	2.667	34.667
Sicoob Pronampe 72018	-	8.890
Total	<u>27.667</u>	<u>221.909</u>

A movimentação sumária dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Descrição

Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.034.386
Juros	66.435
Pagamentos	(812.477)
Encargos financeiros	(66.435)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>221.909</u>
Juros	20.694
Pagamentos	(194.242)
Encargos financeiros	(20.694)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u><u>27.667</u></u>

14. FORNECEDORES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contas a Pagar a Fornecedores - Nacionais	<u>934.123</u>	<u>728.740</u>
Total Fornecedores	<u><u>934.123</u></u>	<u><u>728.740</u></u>

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado.

Demonstramos abaixo o "aging list" de fornecedores:

<u>"Aging List" Contas a Pagar</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Vencidos a até 30 dias	36.562	-
A vencer em até 3 meses	806.451	558.961
A vencer entre 3 e 6 meses	91.110	76.829
A vencer superior a 6 meses	-	92.950
	<u><u>934.123</u></u>	<u><u>728.740</u></u>

15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Salários e ordenados a pagar	783.408	624.454
Pró-labore a pagar	50.807	52.539
Rescisões a pagar	-	2.347
INSS a recolher	446.862	379.779
FGTS a recolher	130.877	102.490
IRRF S/ Folha a Recolher	270.020	199.620
Provisão para férias	1.143.020	757.065
INSS sobre provisões para férias	306.136	202.918
FGTS sobre provisões para férias	91.239	60.564
Total	<u><u>3.222.369</u></u>	<u><u>2.381.776</u></u>

## 16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
ISS a recolher	80.127	68.339
IRRF retido terceiros a recolher	1.134	2.326
IRPJ a recolher	-	38.108
CSLL a recolher	-	19.358
PIS a recolher	28.459	22.819
COFINS a recolher	131.729	183.430
PIS/COFINS/CSLL retido a recolher	4.696	7.242
ISS retido a recolher	1.244	4.553
INSS retido a recolher	1.460	1.058
CIDE - S/ "invoice" a pagar	-	2.002
PIS s/ "invoice" a pagar	-	208
COFINS S/ "invoice" a recolher	-	960
IRRF S/ "invoice" a recolher	-	1.638
ISS S/ "invoice" a recolher	1.308	-
	<u>250.157</u>	<u>352.041</u>

## 17. RECEITAS DIFERIDAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas Diferidas	2.027.040	1.306.224
Adiantamento de Clientes IUGU	710	7.601
Total	<u>2.027.750</u>	<u>1.313.825</u>

No mês de dezembro de 2023, registramos um faturamento total de R\$4.011.820 referente aos serviços de uso da plataforma. Deste valor, R\$1.940.070 corresponde aos serviços que serão prestados apenas no exercício seguinte e esses valores estão sendo reconhecidos como receitas diferidas. Há ainda um saldo remanescentes de meses anteriores, em decorrência de receitas diferidas de planos trimestrais.

## 18. RECOMPRA DE AÇÕES PARA TESOURARIA

Em 2 de fevereiro de 2022 foi deliberado em Ata de Assembleia Extraordinária (AGE) a recompra de 164.604 ações ordinárias para manutenção em tesouraria pelo valor de R\$1 (um real), que serão destinadas aos participantes do Plano de Incentivo baseado em ações desenvolvido pela Companhia.

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$21.073.238 representado por 3.292.086 (três milhões, duzentas e noventa e duas mil e oitenta e seis) ações totalmente integralizadas, das quais 666.976 (seiscentas e sessenta e seis mil, novecentas e setenta e seis) são ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal e o restante, 2.625.110 (dois milhões, seiscentas e vinte e cinco mil, cento e dez), são ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	<u>Capital subscrito e integralizado (em ações)</u>
Ações:	
Em poder de acionistas	3.127.482
Em Tesouraria	164.604
Total de ações	<u>3.292.086</u>

## b) Reserva de Capital

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Reservas de Capital (i)	<u>1</u>	<u>1</u>
Total de Reservas	<u>1</u>	<u>1</u>

- (i) Conforme definido em Assembleia Geral Extraordinária, do montante do investimento realizado pela Cloud9 de R\$20.000.000 (vinte milhões de reais), fica o valor de R\$1 (um real) destinado à conta de reserva de capital da Companhia.

## c) Reserva de Capital - Opções de Ações

No exercício de 2023, a Companhia outorgou 6.173 opções de exercício de ações a um preço médio de R\$15,06, de acordo com o seu programa de opções de exercício de ações.

Premissas para reconhecimento das despesas com opções

As opções de ações são mensuradas a valor justo na data da outorga e reconhecidas no resultado como "despesa com opções", em contrapartida ao patrimônio líquido.

O valor justo das opções outorgadas foi estimado usando-se o modelo de precificação de opções "Black-Scholes". As premissas econômicas consideradas foram: (i) preço atual da ação a partir da última captação realizada, (ii) preço de exercício da opção determinado pela Companhia, (iii) duração do plano prevista em contrato com os participantes (iv) taxa livre de risco baseada na B3 DI x Pre, (v) volatilidade da ação baseada na variação do Índice de Ações Tech Brasil (TECB11) entre 01/01/2022 e 31/12/2023 e (vi) projeção de IPCA 2024-2027 do Relatório Focus de 03/05/24.

Total de opções outorgadas: 6.173

Preço da ação: R\$ 29,99

Preço de exercício: R\$ 24,30

Volatilidade: 44,34%

Taxa livre de risco: 10,26%

Período do programa: 4 anos

IPCA 2024-2027: 115,76%

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Reserva de Capital - Opções de Ações	<u>92.419</u>	<u>-</u>
Total de Reservas	<u>92.419</u>	<u>-</u>

## d) Ações em Tesouraria

Em 2 de fevereiro de 2022, o total de 164.604 ações ordinárias, que representam 5% do capital total da Companhia, foi destinado para ações em tesouraria, relacionados à criação do plano de incentivo de longo prazo baseado em ações da Companhia, a ser ofertado aos administradores, funcionários e/ou prestadores de serviço da Companhia (“Plano de ILP”). O Valor de aquisição foi de R\$1 (um real) em linha com a obrigação no passivo demonstrada na nota explicativa nº 18.

## 20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Receita operacional bruta:	31/12/2023	31/12/2022
Serviços prestados	41.621.509	24.811.889
(-) Impostos Incidentes S/ Vendas (ISS, PIS e COFINS)	(2.588.931)	(1.560.427)
Receita operacional líquida	39.032.578	23.251.462

A Receita da Companhia é oriunda em sua maioria, da prestação de serviços de software, sendo que a Companhia apresenta a nota explicativa de receita operacional líquida em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 47.

## 21. CUSTOS E DESPESAS

	31/12/2023	31/12/2022
Custo com Plataformas	(8.689.740)	(7.032.515)
Gastos com Tarifas de Cobrança	(1.048.212)	(1.086.973)
Custos e Despesas com Pessoal	(25.004.181)	(15.983.072)
Despesas com Vendas	(3.383.922)	(2.713.208)
Impostos	(73.368)	(57.637)
Depreciação de ativos imobilizados	(975.833)	(287.589)
Despesas com Serviços	(2.205.372)	(3.491.410)
Locomoção e Logística	(80.605)	(95.793)
Aluguéis e depreciação de direito de uso	(1.034.310)	(607.544)
Outras despesas	(2.416.695)	(2.341.148)
	(44.912.238)	(33.696.889)
<u>Custos e despesas por função</u>		
Custos dos serviços prestados	(13.133.965)	(13.862.368)
Despesas com vendas	(4.151.936)	(2.713.208)
Despesas gerais e administrativas	(26.735.612)	(16.751.380)
Outras despesas e receitas líquidas	(890.725)	(369.933)
	(44.912.238)	(33.696.889)

## 22. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Receitas Financeiras</u>		
Receitas com juros	45.100	991
Descontos Obtidos	696	2.604
Rendimentos Aplicação	733.175	1.617.310
<u>Despesas Financeiras</u>		
Despesas com Juros e Multas	(535.965)	(223.857)
Despesas Bancárias	(5.585)	(79.564)
IOF	(25.009)	(18.400)
Desconto Concedido	(12.054)	-
Resultado Financeiro Líquido	<u>200.358</u>	<u>1.299.084</u>
Receitas Financeiras	778.971	1.620.905
Despesas Financeiras	(578.613)	(321.821)
Resultado Financeiro Líquido	<u>200.358</u>	<u>1.299.084</u>

## 23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(5.679.302)	(9.146.343)
Alíquota vigente	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>1.930.963</u>	<u>3.109.757</u>
Adições e Exclusões Permanentes:		
Outras despesas indedutíveis	(35.610)	(46.785)
Doações, Patrocínios, Bonificações	(30.863)	(98.881)
Despesas com Viagens	(184.484)	(154.117)
Confraternização	(79.389)	(39.971)
Combustível	(2.054)	(28.546)
Efeito Tributário	<u>1.598.563</u>	<u>2.741.457</u>
Crédito tributário não reconhecido no resultado (a)	<u>(1.598.563)</u>	<u>(2.741.457)</u>
Impacto no Resultado	-	-

(a) A Companhia possui créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais, mas atualmente não os reconhece devido à incerteza de lucros tributáveis futuros.

## 24. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Risco da Taxa de Juros

As oscilações das taxas de juros podem implicar em efeitos de aumento ou redução do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas. A Companhia busca constantemente alternativas para a utilização de instrumentos financeiros a fim de evitar impactos negativos em seu fluxo de caixa.

Análise de Sensibilidade de Taxa de Juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI. Em 31 de dezembro de 2023 a Administração considerou como cenário provável para análise de sensibilidade a taxa de CDI de 12,32% a.a. Um total de aplicações de R\$ 3.250.590 está sujeito a impactos da taxa de juros. A cada 2,5 pontos percentuais de variação na taxa CDI, a rentabilidade da aplicação é impactada em aproximadamente R\$ 80.000 ao ano.

Risco Liquidez

É o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Em 31 de dezembro de 2023, os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Empréstimos	221.909	-	-	221.909
Fornecedores	728.740	-	-	728.740
Arrendamentos	432.435	1.512.999	1.400.454	3.345.888
Em 31 de dezembro de 2022	<u>1.383.084</u>	<u>1.512.999</u>	<u>1.400.454</u>	<u>4.296.537</u>
Empréstimos	27.667	-	-	27.667
Fornecedores	934.123	-	-	934.123
Arrendamentos	970.928	1.872.287	567.482	3.410.697
Em 31 de dezembro de 2023	<u>1.932.718</u>	<u>1.872.287</u>	<u>567.482</u>	<u>4.372.487</u>

Risco Operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez.

Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da mesma e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração.

Gestão de capital

O principal objetivo é fortalecer sua estrutura de capital, buscando manter um nível de alavancagem financeira adequado, além de mitigar os riscos que podem afetar a disponibilidade de capital no desenvolvimento de negócios.

A Companhia monitora constantemente indicadores significativos, tais como o índice consolidado de alavancagem financeira, que é a dívida líquida total dividida pelo Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ajustado ("LAJIDA Ajustado"). Atualmente a companhia possui dívida líquida negativa, sem alavancagem financeira.

25. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2023, o seguro contra riscos operacionais tem cobertura máxima de R\$3.220.000 e é composta por R\$3.000.000 Incêndio, R\$50.000 danos elétricos, R\$25.000 Perda ou Pagamento de Aluguel, R\$70.000 Vendaval, R\$50.000 Responsabilidade Civil Operações, R\$20.000 Responsabilidade Civil Danos Morais e R\$5.000 Quebra de vidros, letreiros, antenas, espelhos, mármore.

26. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

As principais transações que não afetam o caixa e equivalentes, estão demonstradas a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Adições de Imobilizado (sem pagamento)	344.413	170.667
Adições de Arrendamentos	671.925	3.530.986